

CAPÍTULO 7

DEFESA

7.1 DEFESA: UM QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Depois de pouco mais de 30 anos, o mundo volta à era de competição entre superpotências, com o declínio da dominação dos EUA e o crescimento tecnológico, comercial e militar da China. Como evitar que a crise entre os EUA e a China seja transplantada para a América do Sul e interfira no interesse nacional? Como o Brasil deveria se posicionar, em termos de Defesa, em seu entorno geográfico e área de influência? Qual seria o papel do Brasil como uma das dez maiores economias do mundo, a quinta em território e a sexta em população? Como enfrentar o déficit de inovação tecnológica face à rápida obsolescência dos equipamentos militares e dos projetos especiais das três forças?

Os documentos Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) procuram responder aos desafios percebidos pelo atual governo e mostrar, em linhas gerais, o planejamento das prioridades para a defesa do País. Voltados prioritariamente para ameaças externas, estabelecem objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional. Os objetivos gerais mencionados na PND são: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa; preservar a coesão e a unidade nacionais; salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior; ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional; contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; incrementar a projeção do Brasil no concer-

to das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. A END, por sua vez, orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às estratégias e medidas que devem ser implementadas para que esses objetivos sejam alcançados. Trata das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as articulações que deverão ser conduzidas, no âmbito de todas as instâncias dos três Poderes e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais.

Os documentos apresentados ao Congresso Nacional para exame e deliberação respondem aos novos desafios de um mundo em rápida transformação e à perda de protagonismo no entorno estratégico? É importante ressaltar, de início, a dificuldade de se examinar essa matéria pela falta de uma cultura de defesa e pelo fato de os objetivos nacionais carecerem de uma grande estratégia, com visão de médio e longo prazo. Além disso, em tempos de paz, sem ameaça de conflito plausível e iminente, qual deveria ser a atividade principal da Defesa: preparação para operação de combate, ou melhoria da logística de defesa para aumentar sua capacidade de dissuasão?

A área de influência do Brasil, como definido na PND, abrange a América do Sul, Antártica e o Oceano Atlântico até a costa ocidental da África. A referência à integração regional amplia o entorno por incluir a América Central e a América do Norte. Não há referência nos documentos sobre as consequências para o Brasil do fim do Conselho de Defesa, com o desaparecimento da UNASUL, nem ao status de aliado estratégico dos EUA extra-OTAN, tendo em mente as restrições do Brasil à nova doutrina dessa Organização que ampliou sua atuação para o Atlântico Sul. Nem sobre os objetivos da designação de oficial general para o Comando do Sul, com sede em Miami.

As rápidas transformações tecnológicas exigem um esforço para estimular a Base Industrial de Defesa a pesquisar para complementar as aquisições externas. As três áreas ressaltadas na END (cibernética, energia nuclear e espaço) deveriam merecer estímulos, como ocorre nos EUA e na OTAN, para que a produção nacional supere as vulnerabilidades cada vez maiores de nossos materiais bélicos e responda aos novos desafios de inteligência artificial. A política de defesa deve nortear a política militar. As políticas de defesa e militar deveriam enquadrar-se dentro de uma política mais ampla: a política externa, que define o lugar do Brasil no mundo.

O documento menciona, diversas vezes, a criação de uma carreira civil, como a de analista, por exemplo, no Ministério da Defesa, mas até agora não se levou adiante essa política, que iria arejar a discussão hoje restrita ao meio militar das três forças. Nessa mesma linha, a criação de um Centro de Defesa e Segurança, iniciativa do Ministro Raul Jungmann, anunciada recentemente, deverá trazer contribuição importante para o debate sobre os temas de Defesa e de Segurança Nacional.

Pela sua importância, a PND e a END deveriam ser elaboradas por um Conselho de Alto Nível, integrado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por representantes da Câmara dos Deputados e do Senado e por representantes do Itamaraty. O resultado deveria ser amplamente debatido pelo Congresso Nacio-

nal – ao contrário do que vem ocorrendo desde 1996, quando foram apresentados pela primeira vez – e por *think tanks* da sociedade civil que examinassem as prioridades para a Defesa e os meios para alcançá-las.

7.2 CENTRO DE DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

O Centro de Defesa e Segurança Nacional (CEDESEN), foi criado em São Paulo com o estímulo do ministro Raul Jungmann. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que se caracteriza pela independência e pluralidade, acima de interesses partidários, ideológicos ou setoriais.

Buscará preencher um vazio de discussões na sociedade civil, sobre assuntos de extrema importância na área de Defesa e que podem definir o posicionamento do Brasil no mundo. Somos uma das dez maiores economias globais, o quinto maior território e a sexta população mundial. E temos a terceira maior fronteira. Nosso país está destinado a ter um papel relevante no contexto das relações internacionais. Membro do BRICS, na área da defesa, se constitui na segunda maior potência do hemisfério; tem a maior costa banhada pelo Atlântico Sul e dos três ecossistemas do subcontinente, à exceção do andino, está presente nos outros dois, o amazônico e o platino. Sendo um país continental, torna-se obrigatório termos uma visão clara dos temas da Defesa e Segurança compatível com a necessidade de dispor de recursos de proteção e, se necessário, capacidade de dissuasão adequada com o seu presente e o seu futuro. Por razões históricas, sociais e econômicas inexistente compatibilidade entre a realidade do país e a sua Defesa e Segurança Nacional. Ao contrário de outros países, não há no Brasil uma cultura de Defesa por nos situarmos na mais pacífica das regiões, em termos de conflitos interestatais, sendo que o último conflito em que nos envolvemos dista 150 anos do presente, a Guerra do Paraguai. Socialmente, nossas prioridades prementes são a desigualdade, saúde, educação, segurança pública e emprego. E, economicamente, nossa situação fiscal precária nos impõe severas restrições à expansão de gastos, sobretudo com investimentos. Disso resulta um distanciamento entre as prioridades da política e aquelas da defesa e da segurança nacional. Falta às nossas elites sociais, econômicas e políticas uma maior sensibilidade para um debate, e um maior interesse e compreensão em relação ao tema.

Nesse sentido, deverá ser buscada uma interlocução com o Congresso Nacional. O Congresso Nacional recebeu do Executivo e deverá examinar os documentos sobre a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa. Espera-se que, diferente do que ocorreu nos últimos quatro anos, haja um efetivo engajamento dos representantes da sociedade brasileira na discussão de como enfrentar as novas ameaças – não bélicas, mas cibernética e ambientais, por exemplo – que afetam a defesa e põem em risco os interesses nacionais. A política de defesa deve ser definida pela visão apenas da política militar de defesa? O setor industrial de Defesa, complexo defesa e segurança pública, responde por 3,4% do nosso PIB. Considerando que o percentual da defesa, que é a principal responsável por produtos de alta e média-alta tecnologia é muito menor, da ordem de 0,5%, esse alheamento das nossas elites é disfuncional. Como em

outros países, a inovação na área de Defesa propriamente dita poderá ser esteio e impulsora de um projeto de desenvolvimento nacional e tecnológico autônomo, essencial para garantirmos nossa independência e soberania. Esses são alguns dos temas que deveriam ser discutidos com a sociedade civil, o Congresso e o governo.

Ao longo do tempo, o CEDESEN ajudará a corrigir a falta de uma cultura de defesa existente na sociedade brasileira e poderá contribuir para a construção de um diálogo estratégico entre civis e militares, sem preconceitos e com visão de futuro.

O CEDESEN tratará de temas relacionados com Defesa; Segurança Nacional e Regional; Base Industrial de Defesa; Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, entre outros. As dimensões da Defesa e Segurança Nacional estão contempladas em diversas áreas: cibernética, tecnologia, geoestratégica, energia, ambiente, política, entre tantas outras áreas fundamentais para sobrevivência e existência de uma nação e sua sociedade. O Centro terá como prioridade a elaboração de estudos e pesquisas em globalização, defesa e segurança nacional e regional; laboratório de tendências em inovação, tecnologia e mercados; publicação de trabalhos, pesquisas, estudos, textos, ensaios, monografias, além de reuniões e seminários sobre os temas e questões relativas aos objetivos e propósitos do Centro.

O CEDESEN, nesse semestre, realizará dois outros encontros virtuais sobre Relação entre Civis e Militares, em 28 de outubro, e Indústria de Defesa, em 25 de novembro. A agenda para o próximo ano está em elaboração e dentre suas prioridades, estarão os documentos sobre Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, as FFAA e a Amazônia, Política Nacional do Espaço, Desafios do entorno geográfico (América do Sul, Atlântico Sul, África e Antártida).

Na semana que passou, um encontro virtual marcou a abertura do Centro. Os ex-ministros Nelson Jobim, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen ressaltaram a crescente importância das questões de Defesa e Segurança para o Brasil e a necessidade de um maior engajamento do Congresso Nacional e da sociedade civil para a definição dos objetivos da política de Defesa e os meios e caminhos estratégicos para alcançá-los.

7.3 AS NOVAS AMEAÇAS E O BRASIL

Grande parte das facilidades de nossas vidas no planeta Terra depende, para seu funcionamento diário, de objetos baseados no espaço. Sistemas de comunicação, transporte aéreo, comércio marítimo, serviços financeiros, monitoramento de clima e defesa dependem da infraestrutura espacial, incluindo satélites, estações terrestres e movimentação de dados em nível nacional, regional e internacional. Essa dependência coloca sérios – e frequentemente pouco percebidos – problemas de segurança para empresas provedoras e para os governos.

Nesse cenário, começam a ser examinadas novas ameaças de ataques aos satélites em órbita que podem afetar todos os serviços e facilidades mencionados. Essas ameaças devem estar sendo avaliadas pelo governo brasileiro. Além disso, a utilização do

Centro de lançamento de satélites de Alcântara (CLA), no Maranhão, tornada possível depois de décadas de decisões equivocadas, representa um grande desafio para o governo e para as empresas brasileiras. Não só pela necessidade de melhoria na infraestrutura da região e do próprio Centro, mas também na legislação interna, sobre uma lei do espaço (que defina as atividades comerciais no espaço, como utilização de detritos espaciais), sobre o órgão responsável pela negociação com empresas interessadas na utilização do CLA, a definição do contrato de licenciamento de lançamento a ser assinado com a autoridade nacional e o comércio de tecnologia espacial.

Como qualquer outra infraestrutura digitalizada, satélites e outros objetos baseados no espaço são vulneráveis, em especial, a ameaças cibernéticas. As vulnerabilidades cibernéticas apresentam riscos muito sérios não só para esses objetos, mas também para infraestruturas essenciais terrestres. Se não forem contidas, essas ameaças poderão interferir no desenvolvimento econômico global e por extensão na segurança internacional. Cabe registrar que essas preocupações não são meramente hipotéticas. Na última década, mais países e atores privados conseguiram adquirir e empregar meios para afetar esses objetos espaciais críticos com aplicações inovadoras que começam a representar uma ameaça real ao seu funcionamento.

A ideia da guerra espacial não é nova, começou com os foguetes V-2 da Alemanha. A eventual atividade bélica no espaço hoje se concentra nos instrumentos utilizados para as guerras na Terra. Os satélites são utilizados nas operações militares para identificar alvos e responder a questões estratégicas, além de localizar as forças militares e bombas e obter informações nos teatros de guerra. Isso torna os satélites alvos atrativos para mísseis terrestres. Os EUA, a China e a Índia estão desenvolvendo armamentos destrutivos de objetos no espaço, visando a impedir os sinais para a Terra dos satélites militares com lasers ou mesmo os explodindo, fazendo com que detritos se espalhem pelo cosmos. Estão também tornando suas forças armadas voltadas para o espaço. Em 2019, foi criada pelo governo dos EUA a Força Espacial, serviço militar independente, cuja doutrina, treinamento e capacidade estão sendo definidos pelo Pentágono.

Para tentar evitar uma lei da selva espacial, começa a ser discutido algum tipo de regime multilateral. No momento, não há nem leis, nem normas específicas para uma eventual guerra espacial. O Tratado sobre o Espaço Exterior, de 1967, proíbe a utilização de armas de destruição em massa no espaço, mas não trata de armas convencionais. Se dois satélites, por exemplo, ficam muito próximos de maneira ameaçadora não há respostas adequadas. Em 2008, a União Europeia propôs um código de conduta voluntário para promover “comportamento responsável” nessa área. No mesmo ano, para se contrapor a essa iniciativa, China e Rússia propuseram um Tratado que proibiria armas no espaço. O tratado não visava a armas antissatélites, mas armas antimísseis baseadas no espaço. A oposição à iniciativa europeia, além da Rússia e da China, veio da América Latina e da África. Apesar de apoiar a desmilitarização do espaço, os países dessas regiões não aceitaram que os países com objetos no espaço pudessem ter o direito de usar a força para defendê-los. Nenhuma das duas iniciativas prosperou, mas experimentos militares com fins ofensivos continuam a ocorrer vi-

sando a eventual destruição de satélites que poderão ter efeitos devastadores para a defesa e as comunicações globais.

O governo brasileiro não poderá perder de vista as transformações positivas que ocorrerão na área aeroespacial pela redução de custos, novas tecnologias e sobretudo pelo aparecimento de uma nova geração de empresários privados operando ao lado dos governos. Turismo para os ricos e mais avançada rede de comunicações para todos, exploração mineral e transporte de massa passarão a ter um impacto nos negócios e tornarão o espaço uma verdadeira extensão da Terra. Com visão de futuro, o Brasil, que passará a ter interesses concretos nesse campo, deveria fazer o acompanhamento da evolução tecnológica e geopolítica da exploração espacial.

Sem descurar das novas ameaças que começam a ser discutidas agora e que poderão afetar as facilidades terrestres de que dispomos, o Brasil deveria participar dessas conversações, quando retomadas.

7.4 AS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS E A DEFESA

As Forças Armadas no Brasil, para seu fortalecimento, deveriam passar por ajustes e transformações para responder aos desafios das profundas mudanças no cenário internacional. O crescente avanço tecnológico das últimas décadas transformou significativamente os paradigmas dos conflitos e das ameaças, exigindo de todos os países um questionamento permanente de adequação das estruturas de seus instrumentos de Defesa e dos conceitos neles vigentes.

O Centro de Estudos da Defesa e Segurança Nacional (CEDESEN) elaborou documento de trabalho sobre a Política e a Estratégia Nacional de Defesa e encaminhou recomendações ao governo e ao Congresso para num sentido mais amplo aprimorar as instituições e processos voltados para questões da defesa nacional.

As recomendações abrangem três áreas consideradas relevantes e estratégicas:

– Elevação do nível de tratamento pelo Poder Público dos temas de Defesa desde sua formulação até a implementação de políticas de defesa;

– Transformação urgente nas instituições de defesa, de forma a adequá-las às necessidades do país frente aos novos paradigmas de conflitos e torná-las ajustadas às boas práticas internacionais;

– Incrementar a participação de profissionais civis nas várias atividades voltadas para o preparo da capacidade militar, tanto as operacionais de combate, quanto as de logística de defesa (industriais e pesquisa e desenvolvimento).

A primeira recomendação do CEDESEN, para a formulação de uma política nacional de defesa e não apenas de defesa nacional, seria atribuir ao Conselho de Defesa Nacional (CDN), instituição do mais alto nível no âmbito do Executivo, a responsabilidade pela elaboração de documento, abrangendo Defesa/Segurança/Diplomacia e suas interfaces com o Desenvolvimento, o que permitiria maior participação dos órgãos diretamente interessados em questões de Defesa e Segurança. Adicionalmente,

para que o Congresso Nacional possa ter melhores condições de acompanhar os principais temas relacionados com a Defesa e a Segurança Nacional, seria essencial a existência de um foro permanente que unisse as duas casas do Poder Legislativo. Nesse sentido, o CEDESEN recomendou o exame da possibilidade da criação de Comissão Mista de caráter permanente, integrada por Deputados e Senadores, para tratar de matérias de competência do Congresso Nacional na área de Defesa e Segurança Nacional. Até aqui, cabe ao Ministério da Defesa (MD), a responsabilidade principal da elaboração da Política e Estratégia Nacionais de Defesa, inclusive do Livro Branco da Defesa Nacional. Na prática, entretanto, ocorre um reduzido envolvimento de outros órgãos, particularmente dos Ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Economia, além, em particular, do próprio Congresso Nacional, como representante do povo brasileiro.

No tocante às mudanças institucionais nas estruturas de defesa, todos os países com alguma relevância econômica e/ou militar no cenário internacional se ajustaram à aceleração do desenvolvimento tecnológico com a conseqüente rápida obsolescência dos sistemas de armas e seus componentes críticos, com impacto na eficácia e sua manutenção. Foi levado em conta o aumento contínuo e significativo do custo dos sistemas de armas, particularmente pela necessária incorporação dos avanços tecnológicos, as restrições orçamentárias crescentes para a função defesa em períodos de paz e o interesse em contar com maior profissionalismo para a execução das atividades de logística de defesa, que se encontram entre as mais complexas que existem. A recomendação feita pelo CEDESEN, semelhante à encontrada nos principais países desenvolvidos, foi no sentido da separação das atividades de operações de combate e afins, das de logística de defesa destinadas a aparelhar e apoiar o emprego das unidades combatentes das Forças Armadas. As atividades de aquisição de produtos e sistemas de defesa e de desenvolvimento de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação específicas para defesa, ficariam com um órgão independente das FFAA, mas subordinado diretamente ao MD. Esse órgão, que poderia evoluir a partir do SEPROD, seria dotado de um corpo profissional de militares e civis com formação e capacitação adequadas e, no caso dos militares, com carreiras totalmente independentes das carreiras militares. Com relação à participação de profissionais ou especialistas civis, há muito vem sendo apontada a necessidade de sua admissão, no âmbito do Ministério da Defesa e seus órgãos subordinados. Nesse particular, o CEDESEN recomendou que a definição dos cargos e perfis profissionais que mais se adequem a uma ocupação por especialistas civis, seja feita no âmbito dos estudos visando à transformação das instituições de defesa.

Na semana passada, o CEDESEN realizou encontro (YouTube/cedesen-interesse nacional) para discutir as transformações no MD. As outras duas recomendações serão examinadas publicamente durante o corrente mês. Essas reuniões têm como objetivo ampliar o conhecimento e o envolvimento da sociedade civil no exame de temas de interesse da defesa e da segurança nacional. E o fortalecimento das FFAA.

7.5 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A DEFESA NACIONAL

Quem quer se torne o Número Um na Inteligência Artificial (IA) será o líder do mundo (*ruler of the world*), previu, em 2017, o presidente da Rússia, Wladimir Putin. China e EUA estão hoje bem à frente do desenvolvimento da tecnologia cognitiva.

Como todo avanço e inovação tecnológica, a IA pode ser utilizada para projetos voltados para o bem, mas também para o mal. Apresentam muitos aspectos positivos, mas também negativos. Pelo potencial de risco de sua utilização, não deixa de ser surpreendente que até aqui a incorporação da IA na indústria bélica tenha sido tão pouco discutida.

Na edição de janeiro, a revista Interesse Nacional (www.interessenacional.com.br) traz dois artigos, de Dora Kaufman e Marcelo Tostes, que resumem as tratativas internacionais para regulamentar o “sistema de inteligência artificial, que pode ser entendido como um sistema baseado em máquina, projetado para operar com vários níveis de autonomia, e que pode também, para um determinado conjunto de objetivos definidos pelo ser humano, fazer previsões, recomendações ou tomar decisões que influenciam ambientes reais ou virtuais”, na definição da OCDE. A UNESCO (a Ética na IA), a União Europeia (IA Act), os EUA (FDA e Senado, com Projeto de Lei sobre Responsabilização Algorítmica) e a Administração da Cibernética Espacial, na China, apresentaram propostas que tratam de diversos aspectos desse sistema. Acrescento que o governo brasileiro divulgou, em 2021, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), com fortes críticas por parte de especialistas por suas limitações técnicas e políticas. A Câmara dos Deputados aprovou, no ano passado, o Projeto de Lei 21/2020, que propõe a criação de uma base legislativa geral e vinculante para regular os sistemas de inteligência artificial no país.

No campo militar, a IA representa o maior salto tecnológico qualitativo, desde o aparecimento da energia nuclear e da produção de armas nucleares, com a diferença do desenvolvimento e aplicação da IA ser substancialmente menos custoso e potencialmente mais fácil de ser empregado, inclusive por terroristas e por Estados Párias (*Rogue States*). A OTAN está desenvolvendo novas formas de guerra cognitiva, usando supostas ameaças da China e da Rússia para justificar travar batalha pelo cérebro, no domínio humano, para fazer de todos uma arma. Será a militarização da ciência do cérebro que envolve “hackear o indivíduo, explorando as vulnerabilidades do cérebro humano para implementar uma engenharia social mais sofisticada”. Apesar de as autoridades militares da China, Alemanha, Rússia, Estados Unidos e diversos outros países terem anunciado, há algum tempo, que a criação de sistemas de combate integralmente autônomos não era seu objetivo, tais sistemas provavelmente já devem ter sido criados. Na percepção militar, apenas sistemas de combate com IA poderão, no caso de guerras, penetrar em áreas fechadas e operar com uma relativa liberdade.

A regulamentação da utilização da IA para fins militares, contudo, começou a ser discutida no âmbito das Nações Unidas, mas encontra resistência por parte das principais potências que procuram ganhar tempo para obter vantagens, antes da negociação de acordos que coloquem limites e cautelas ao seu uso. Como, aliás, foi o que

aconteceu com as armas nucleares, cujo tratado de não proliferação só se materializou quando finalmente as potências nucleares deram seu assentimento.

O problema que desafia os organismos multilaterais é como controlar os “sistemas de armas autônomas letais” (*Laws*, na sigla em inglês), representados por qualquer plataforma móvel: drones, andróides, aviões que voam sozinhos. A IA pode substituir os recursos humanos em tudo, desde armas operacionais para coleta e análise de inteligência, sistemas de alerta antecipado, e de comando e controle. A utilização de drones para fins militares (robôs assassinos) já está muito difundida e a guerra anti-satélite vem esquentando.

A disputa entre os EUA e a China pela hegemonia global no século XXI passa pela corrida tecnológica em todos os segmentos, inclusive na utilização da IA para fins militares, com impactos que vão alterar a correlação de forças no mundo. Os EUA contam com seus aliados europeus na OTAN e a China com seus parceiros, inclusive a Rússia.

As rápidas transformações que ocorrem em decorrência desses avanços tecnológicos trarão impactos importantes sobre países, como o Brasil. Do ângulo da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, se o Brasil não dispuser de capacidade tecnológica para utilizar o sistema de inteligência artificial estará em grande desvantagem em seu poder de dissuasão, caso tenha de enfrentar qualquer ameaça para a defesa de seus interesses, seja em seu território, seja na sua extensão marítima. Urge, pois, a expansão da capacidade de criação e de desenvolvimento para a utilização da IA pelo Ministério da Defesa. Nesse sentido, o Centro de Defesa Cibernética, no âmbito do Exército, deveria ser fortalecido com recursos humanos e financeiros para, com o apoio da base industrial de defesa, gerar produtos, inclusive de uso dual para o mercado doméstico e para exportação.

7.6 AS FFAA E O MOMENTO POLÍTICO NACIONAL

Um ano após o ataque de apoiadores trumpistas ao Congresso dos EUA, contestando o resultado da eleição que, estimulado pelo então presidente, julgavam fraudada, um general norte-americano publicou artigo no *Washington Post* manifestando a preocupação sobre o dia seguinte das eleições presidenciais em 2024 e a ameaça de divisão entre os militares, o que poderia colocar em risco a democracia no país. Não afastando a possibilidade de contestação dos resultados da eleição e de um golpe de estado, o militar aponta para o risco de confrontação no interior das FFAA e a eventual quebra da hierarquia para respaldar essa diferente visão. Todos os militares juram respeitar a Constituição, mas em uma eleição contestada, com lealdades divididas, alguns poderão seguir as ordens do comandante em chefe e outros o comando trumpista. Como exemplo, menciona a recusa da Guarda Nacional em acatar pedido do presidente Biden para que todos os seus membros se vacinassem. Com o país muito dividido, as FFAA e o Congresso deveriam tomar medidas para prevenir qualquer tentativa de insurreição e adotar providências cautelares, observa.

O alerta do militar norte-americano sobre a ameaça à quebra dos valores democráticos nos EUA, a partir de uma ação política das FFAA, não poderia ser mais atual para o cenário político brasileiro. A descrição feita pelo militar norte-americano muito se assemelha a uma série de atitudes que colocam as forças armadas brasileiras no centro do debate político nacional.

A gradual profissionalização das FFAA nos últimos 35 anos está sendo testada nos dias que correm. No atual governo, surgiu uma situação diferente dos governos anteriores desde 1985. Desde o período de governos militares, nos últimos trinta anos, podem ter surgido tensões esporádicas, mas atualmente elas se acentuaram a partir da participação de grande número de militares da ativa e da reserva em cargos públicos no governo federal. A crescente exposição dos militares no governo, com acusações de corrupção, de ameaça à democracia e de contestação das urnas eletrônicas e das ações do TSE estão causando um forte desgaste à imagem pública das FFAA. Os acontecimentos do 7 de setembro, com o silêncio eloquente dos comandantes militares, contudo, reafirmaram o papel profissional e constitucional das FFAA. A politização das Polícias Militares estaduais preocupa, em especial, se apoiarem pessoas armadas, não militares, passíveis de reforçar um movimento de apoio ao presidente, porque poderão chocar-se com as FFAA.

Nas últimas semanas, afirmações de que as FFAA não assistirão passivamente ao pleito, de que as FFAA deverão fazer apuração paralela da votação, por questionar o sistema de urnas eletrônicas e a lisura das apurações (auditoria privada), o pedido do Ministro da Defesa para a divulgação das sugestões de aprimoramento da eleição apresentadas pelos militares, sobre a função das FFAA (“o permanente estado de prontidão das FFAA para o cumprimento de suas missões constitucionais”) parecem reforçar a ideia de que as FFAA poderiam desempenhar um papel de poder moderador, à luz do artigo 142 da Constituição, quando na realidade não há uma nova missão para as FFAA, além daquela definida pela Carta Magna, como decidido pelo STF.

Apesar da dubiedade de afirmações sobre a preservação da democracia, sobre eleições conturbadas, sobre ato de força que ponha em risco as instituições (“só Deus me tira de lá”), parcialidade do TSE, não há sinais de que as FFAA, como instituição, poderão se engajar em uma aventura que ameace as eleições e a democracia. A descrição da maioria das lideranças militares, em especial do Alto Comando, parece indicar que os militares deverão se manter dentro de seu papel de instituição de Estado, profissional, sem interferência política em apoio de partidos ou grupos políticos ou em decisões tomadas pelas instâncias civis competentes.

Assim, não me parece haver ameaça à realização das eleições, nem ações violentas antes de 2 de outubro, mas o roteiro que está sendo traçado indica que, dependendo do resultado da eleição, é real o risco de, no dia 2, haver mobilização de grupos radicais, armados, para tentar atacar o STF/STE, não o Congresso, como no caso dos EUA. De qualquer forma, a sociedade civil, o Congresso e as próprias FFAA devem estar atentos e mobilizados para evitar qualquer tentativa de ameaça à democracia.

As eleições brasileiras estão despertando crescente atenção no exterior também pela presença dominante de dois políticos que, por razões diferentes, despertam fortes

reações e apreensão sobre as perspectivas políticas e econômicas do país. A preocupação com a preservação da democracia e a condenação do autoritarismo está muito presente hoje em um cenário de grande instabilidade global e de crescente confronto entre os dois regimes de governo, representados pelos EUA e China/Rússia.

Não tenho dúvida de que, se houver qualquer quebra das regras democráticas com o apoio das FFAA, a reação vinda de fora será imediata e o Brasil poderá ser alvo de sanções econômicas e comerciais que, além de aumentar o isolamento internacional do país, afetarão ainda mais o crescimento e os setores mais dinâmicos da economia nacional.